

CORPOS SOROPOSITIVOS E MONSTRUOSOS: insurgências do cuidado entre homens gays vivendo com hiv¹

Esmael Alves de Oliveira
Marcos Antonio Ferreira do Nascimento

Resumo

Este artigo apresenta resultados de uma pesquisa etnográfica com homens gays cisgênero vivendo com hiv no Rio de Janeiro que busca compreender como suas experiências atravessadas por estigma, dor e exclusão tensionam noções normativas de currículo, saúde e cidadania. A partir da análise das narrativas dos interlocutores, o estudo discute o currículo como território de disputa simbólica e material, em que saberes dissidentes emergem para desafiar políticas públicas higienistas e modelos tradicionais de cuidado. Inspirado pela crítica à “cidadanização” de Larissa Pelúcio, o artigo propõe a construção de uma política monstruosa do cuidado, que acolha a diferença e reconheça a potência criativa dos corpos marginalizados. Reconhece-se a limitação do recorte da pesquisa e sugere-se a ampliação para outros grupos sociais. Destaca-se a importância de currículos educativos que escutem vozes dissidentes e promovam práticas inclusivas e insurgentes no campo da educação (de/em saúde), a fim de enfrentar as políticas necropolíticas contemporâneas.

Palavras-chave: corpos; hiv/aids; insurgências.

SEROPOSITIVE AND MONSTROUS BODIES: care insurgencies among gay men living with hiv

Abstract

This article presents findings from an ethnographic study with cisgender gay men living with hiv in Rio de Janeiro, aiming to understand how their experiences marked by stigma, pain, and exclusion challenge normative notions of curriculum, health, and citizenship. Through an analysis of participants' narratives, the study discusses curriculum as a symbolic and material battleground where dissident knowledges emerge to confront hygienist public policies and traditional models of care. Inspired by Larissa Pelúcio's critique of “cidadanização”, the article advocates for the development of a monstrous politics of care that embraces difference and recognizes the creative power of marginalized bodies. The study's limitations regarding its sample are acknowledged, and suggestions for expanding to other social groups are presented. The article emphasizes the importance of educational curricula that listen to dissident voices and foster inclusive and insurgent practices in education (from/in health) to confront contemporary necropolitical policies.

Keywords: bodies; hiv/aids; insurgencies.

¹ Ao longo de todo o manuscrito utilizarei a sigla hiv/aids em minúsculo para ressaltar sua condição de artefato cultural e político. Quando se tratar de trechos de obras ou documentos oficiais, respeitarei a grafia conforme constar no original.

CUERPOS SEROPOSITIVOS Y MONSTRUOSOS: insurgencias del cuidado entre hombres gays que viven con vih

Resumen

Este artículo presenta resultados de una investigación etnográfica con hombres gays cisgénero que viven con vih en Río de Janeiro que busca comprender cómo sus experiencias marcadas por el estigma, el dolor y la exclusión desafían las nociones normativas de currículo, salud y ciudadanía. A partir del análisis de las narrativas de los participantes, el estudio aborda el currículo como un campo de disputa simbólica y material, donde emergen saberes disidentes para confrontar las políticas públicas higienistas y los modelos tradicionales de cuidado. Inspirado en la crítica a la “sidadanización” de Larissa Pelúcio, el artículo propone la construcción de una política monstruosa del cuidado que acoge la diferencia y reconoce la potencia creativa de los cuerpos marginalizados. Se reconocen las limitaciones del muestreo y se sugieren futuras investigaciones con otros grupos sociales. Se destaca la importancia de currículos educativos que escuchen voces disidentes y fomenten prácticas inclusivas e insurgentes en el campo de la educación (de/en salud) para enfrentar las políticas necropolíticas contemporáneas.

Palabras clave: cuerpos; vih/sida; insurgencias.

INTRODUÇÃO: O MONSTRO VIVE - HIV, DISSIDÊNCIA E CURRÍCULO DA DOR

“O monstro não é apenas uma figura de rejeição, mas potência criadora, síntese daquilo que não se conforma”. É com esse chamado que este artigo se alinha ao convite feito pelo dossiê “Políticas monstros, currículos e insurgências cotidianas ao fascismo” para pensar os corpos e saberes dissidentes como forças vitais que desestabilizam as normatividades político-curriculares e os regimes de verdade que sustentam projetos hegemônicos e autoritários. A partir de uma pesquisa etnográfica realizada com homens gays cisgénero vivendo com hiv na cidade do Rio de Janeiro,² propomos refletir sobre as experiências, narrativas e práticas de cuidado que emergem como formas de enfrentamento ao que denominamos de currículo da dor – uma pedagogia de exclusão que opera pelo estigma, pelo silenciamento e pela necropolítica – e que é produzido a partir de zonas de abandono (Biehl, 2008).

Nos corpos que vivem com hiv, inscrevem-se múltiplas camadas de marginalização: o vírus, a sexualidade dissidente, o racismo, a pobreza, a geração marcada por perdas e resistências (Corrêa Junior, 2023). Esses corpos, frequentemente posicionados como “monstruosos” – impuros, perigosos, desviantes –, são também corpos que insistem em viver, amar, cuidar e se insurgir (Oliveira, Rossi, 2024). São corpos que desafiam o projeto fascista de homogeneização e pureza, que se atualiza na contemporaneidade através da negação da diferença, da criminalização das sexualidades dissidentes e da medicalização das existências que escapam à norma (Pelúcio, Miskolci, 2009).

Mais do que corpos doentes, os sujeitos interlocutores desta pesquisa produzem um outro saber sobre o viver com hiv: um saber encarnado, que se faz nas dobras entre o cuidado de si e o cuidado do outro, entre a militância e a intimidade, entre a dor e o afeto (Oliveira, Nolasco, Nascimento, 2024). Esse saber, muitas vezes ignorado pelas políticas públicas e currículos formais de saúde, constitui uma pedagogia insurgente – um currículo subterrâneo que se produz no cotidiano, nas conversas entre pares, nas redes de apoio, nas redes sociais digitais, nas estratégias de sobrevivência e afeto (Vital, Caetano, 2024).

² Pesquisa financiada pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - CNPq (Processo n. 177092/2023-8).

Nesse sentido, as reflexões de Rodrigo Vital e Marcio Caetano (2024) contribuem para aprofundar a compreensão de que os currículos – formais ou não – são também dispositivos de gestão dos afetos, operando tanto na produção quanto na limitação das experiências identitárias de sujeitos dissidentes. Ao analisarem as percepções de estudantes gays sobre suas vivências afetivas nas instituições de ensino, os autores revelam que, embora haja avanços na visibilização das diferenças de sexo e gênero, os espaços escolares e universitários ainda são marcados por tensões, silenciamentos e regulações que afetam diretamente a possibilidade de expressão de afetividades dissidentes. Essa ambivalência reforça a ideia de que os saberes produzidos por sujeitos vivendo com hiv – entre redes de cuidado, militância e intimidade – desafiam os currículos hegemônicos, colocando em cena pedagogias do cotidiano que insurgem nos interstícios do vivido e que escapam às normatividades institucionais.

Portanto, ao propor o hiv como lente para pensar os “corpos monstruosos”, este artigo busca tensionar os modos como a necropolítica se manifesta não apenas em decisões de Estado sobre quem deve morrer, mas nas práticas cotidianas que negam acesso, deslegitimam vivências e silenciam saberes (Parker, 2013). Como sinalizam os organizadores do dossiê, “O fascismo contemporâneo não se apresenta apenas como regime político, mas como afeto cotidiano – uma pedagogia do medo, da obediência, da exclusão”. Nesse cenário, homens gays vivendo com hiv produzem práticas e discursos que desestabilizam esse projeto, ocupando brechas com seus corpos que insistem, suas palavras que ferem o silêncio, suas vidas que não cessam de ensinar (Oliveira, Nascimento, Corrêa Junior, 2025).

Assim, este artigo parte da ideia de que os corpos soropositivos são também corpos curriculares – corpos que ensinam, que narram, que gritam e que cuidam. Corpos que operam insurgências monstruosas e criam outros modos de existir e de saber, em confronto direto com os dispositivos de normalização e controle (Oliveira, Nascimento, 2023). Ao tomar a monstruosidade como metáfora potente (Preciado, 2020) e o currículo como campo de disputa (Silva, 2016), propomos uma escuta ética das experiências que desobedecem, das vidas que transbordam, das pedagogias que se constroem nas margens – e que, justamente por isso, apontam para possibilidades radicais de cuidado, política e transformação (Nascimento, 2020, 2021). O estudo foi aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa do Instituto Fernandes Figueira (IFF/Fiocruz), sob o Certificado de Apresentação de Apreciação Ética (Caae) n.º 83821524.0.0000.5269 e Parecer n.º 7.181.225, em conformidade com os procedimentos éticos estabelecidos pela Resolução n.º 510/2016, do Conselho Nacional de Saúde, que regula a ética em pesquisa nas Ciências Humanas e Sociais.

Em termos metodológicos, este artigo se ancora na etnografia como forma de escuta atenta e implicada das experiências de homens gays vivendo com hiv no Rio de Janeiro, reconhecendo, com Octavio Bonet (2018), que é nos espaços concretos e atravessados por dor, estigma e cuidado que emergem os “restos” – aquilo que resiste aos protocolos, que escapa aos enquadramentos normativos da saúde e da educação. Inspirados por essa concepção, compreendemos que a etnografia, ao se debruçar sobre os rastros do vivido e do sofrido, permite acessar dimensões afetivas, políticas e subjetivas que não cabem nas grandes narrativas hegemônicas, mas que são fundamentais para pensar uma política do cuidado insurgente. Mais do que um método, a etnografia é aqui entendida como uma ética da atenção, capaz de escutar aquilo que “vaza” das políticas públicas e dos discursos oficiais – o resto que permanece e que insiste em dizer algo sobre os modos de viver com hiv em contextos marcados pela necropolítica e pela exclusão. Ao acompanhar os interlocutores em suas vivências cotidianas, tensionamos categorias analíticas já

estabilizadas e colocamos em primeiro plano os saberes encarnados e as formas dissidentes de produzir cuidado, saúde e pertencimento.

Para fins de organização da reflexão, este artigo está estruturado em cinco seções principais. Na primeira, intitulada “O fascismo como afeto cotidiano: silenciamentos e disciplinamentos”, problematizamos as formas necropolíticas e higienistas presentes nas práticas sociais e institucionais que silenciam e controlam corpos marginalizados, enfatizando como esses mecanismos se manifestam no cotidiano. Na segunda e terceira seções, “Narrativas insurgentes: masculinidades, cuidado e ativismo como monstruosidade criadora” e “Vozes em ruído: narrativas de homens gays vivendo com hiv”, apresentamos os principais resultados da pesquisa etnográfica, a partir das narrativas dos interlocutores, evidenciando como práticas de cuidado e ativismo funcionam como formas de resistência e reinvenção da vida diante das opressões. Em seguida, na quarta seção, “O currículo como território de disputa: escuta, presença e cidadania dos ‘monstros’”, discutimos o currículo enquanto campo de disputa simbólica e material, em que saberes dissidentes tensionam noções normativas de saúde, cidadania e educação, propondo uma política monstruosa do cuidado. Por fim, nas considerações finais, retomamos o objetivo do estudo, apontamos suas limitações, indicamos perspectivas para futuras pesquisas e destacamos as implicações teórico-práticas para o campo da educação, reforçando a importância de currículos que acolham e potencializem as vozes e experiências dissidentes.

O FASCISMO COMO AFETO COTIDIANO: SILENCIAMENTOS E DISCIPLINAMENTOS

O fascismo contemporâneo, tal como discutido por autores como Achille Mbembe (2020), Sueli Rolnik (2019) e Judith Butler (2024), não se limita a regimes de governo autoritários ou a expressões institucionalizadas de violência. Ele se infiltra nos cotidianos como um afeto difuso, como uma economia emocional do medo, da intolerância, da rejeição à diferença. Nesse sentido, o fascismo se expressa também naquilo que se cala, naquilo que se impede de ser dito, sentido ou vivido. É nesse regime de afetos – marcado pelo disciplinamento dos corpos e pelo controle das subjetividades – que se inscrevem as experiências de homens gays vivendo com hiv (Corrêa Junior, 2023).

Ser um homem gay soropositivo no Brasil contemporâneo é habitar uma zona de constante vigilância, onde o corpo se torna alvo de discursos morais, médicos e jurídicos (Oliveira, Nascimento, Corrêa Junior, 2025). O vírus do hiv não é apenas uma condição biomédica: ele é também um marcador social de desvio, usado historicamente para controlar, patologizar e punir corpos dissidentes (Parker, Aggleton, 2021). Ainda hoje, mesmo após décadas de ativismo e avanços terapêuticos, a presença do hiv aciona um conjunto de dispositivos que operam a partir do medo, da vergonha e do isolamento. O silêncio que cerca o hiv é, portanto, um silêncio disciplinador – uma pedagogia do não dito que impede que certas histórias venham à tona, que certas vidas sejam plenamente reconhecidas (Oliveira, Nascimento, Corrêa Junior, 2025).

Os relatos etnográficos colhidos na pesquisa revelam como o estigma associado ao hiv continua a produzir currículos ocultos (Silva, 2016) que atravessam instituições como a escola, o sistema de saúde, a família e até mesmo os movimentos LGBTQIA+. São narrativas de rejeição familiar, de negligência institucional e de violências simbólicas e materiais que, embora não assumam necessariamente a forma de ações explícitas, agem silenciosamente no bojo das relações sociais, estruturando modos de ser e de não ser. Esses dispositivos de silenciamento não apenas

impedem a expressão do sofrimento, mas também bloqueiam a possibilidade de elaboração coletiva e política das experiências de viver com hiv (Nolasco, Bernardes, 2023).

Além disso, os interlocutores da pesquisa apontam para o modo como o currículo oficial das políticas públicas de saúde frequentemente ignora as especificidades sociais, raciais e geracionais dos homens gays vivendo com hiv (Grangeiro *et al.*, 2023). O cuidado em saúde, ainda preso a uma lógica biomédica e individualizante, reproduz uma política do universal que não reconhece as interseccionalidades como dimensões constitutivas da experiência (Seffner, Parker, 2016). Isso configura uma pedagogia da exclusão, na qual a necropolítica se manifesta não só na ausência de acesso, mas na recusa em ouvir e reconhecer os saberes que emergem dos próprios sujeitos afetados e das coletividades.

Se o currículo é um artefato cultural que produz sentidos, identidades e pertencimentos, então ele também pode operar como ferramenta de silenciamento e normalização (Silva, 2016). Os homens gays soropositivos que participaram desta pesquisa vivem cotidianamente os efeitos de um currículo normativo que tenta apagá-los ou enquadrá-los: ser gay, ser soropositivo, ser pobre, ser negro - essas são experiências que, na intersecção, produzem vidas consideradas menos legítimas, menos dignas de cuidado, menos visíveis no campo das políticas públicas (Duque, 2021).

O fascismo, nesse cenário, se apresenta como uma força que desautoriza a existência naquilo que ela tem de plural, ambíguo e resistente (Ronilk, 2019). Ele age como um afeto regulador que atravessa instituições, discursos e relações sociais, reforçando hierarquias de valor entre os corpos (Mbembe, 2020). Reconhecer essa dimensão afetiva e cotidiana do fascismo é também abrir espaço para pensar as micropolíticas de resistência que emergem nas brechas desse controle - práticas de cuidado, alianças entre pares, estratégias de visibilidade e reinvenção de si que desafiam as epistemologias de dominação e silenciam os discursos de ódio sorofóbicos a partir das vivências cotidianas de sujeitos e coletivos marcados pela experiência (e luta) em torno do hiv.

NARRATIVAS INSURGENTES: MASCULINIDADES, CUIDADO E ATIVISMO COMO MONSTRUOSIDADE CRIADORA

As narrativas produzidas por homens gays vivendo com hiv, em seus entrecruzamentos de raça, classe, geração, corpo e sexualidade, desafiam normatividades estabelecidas sobre saúde, masculinidade e cidadania. Elas constituem o que poderíamos chamar, inspirados por Preciado (2020), de “monstruosidades criadoras” – formas de vida que escapam às normativas identitárias e institucionais e que, justamente por isso, abrem brechas para a reinvenção de si, do cuidado e da coletividade (Oliveira, Nascimento, Corrêa Junior, 2025).

Nas vozes dos interlocutores, escutamos experiências de dor e ruptura, mas também de elaboração simbólica e potência subjetiva. São vidas que resistem à redução biológica do hiv, confrontando a lógica necropolítica que insiste em empurrá-las para os limites do abandono ou do silêncio (Biehl, 2008). O diagnóstico aparece como um “marco” – uma cisão temporal e existencial –, mas também como o início de outras possibilidades de existência. Como diz o interlocutor 1 (homem gay cisgênero, pardo, 46 anos, nível superior, carioca): “É um momento aonde cai um véu. Você fica em contato com a sua finitude. [...] Se alimentar, se cuidar...”. O que se revela aqui não é apenas um corpo em crise, mas uma subjetividade em movimento – capaz de se reconfigurar diante do trauma, de criar estratégias éticas e estéticas de cuidado.

Essas estratégias não se desenvolvem em isolamento. Elas são aprendidas, trocadas, experimentadas nos encontros com os outros – em especial, no interior de espaços ativistas como o Grupo Pela Vidda, que funcionam como currículos contra-hegemônicos, nos quais circularam e

ainda circulam saberes insurgentes sobre sexualidade, saúde, política e afeto. Esse currículo insurgente se opõe ao currículo da exclusão, instaurado pelos discursos médicos, escolares e familiares que marginalizam as vivências dissidentes. O cuidado, nesses contextos, não é apenas técnico ou assistencial – ele é político, relacional e afetivo (Oliveira, Nolasco, Nascimento, 2024).

Nos relatos dos interlocutores, o cuidado aparece como gesto de resistência – não apenas contra a morte biológica, mas contra a morte social (Daniel, Parker, 2018). O interlocutor 4 (bicha preta [termo êmico], gordo, 40 anos, nível técnico, carioca), por exemplo, explicita os atravessamentos do estigma quando diz: “Se já não me queriam antes, agora, com hiv, vão me querer menos”. Tal frase desvela o peso simbólico que o vírus carrega, acionando um imaginário de sujeira, perigo, solidão. Entretanto, paradoxalmente, é a partir desse lugar de exclusão que muitos elaboram uma ética do cuidado entre pares, pautada na escuta, no apoio mútuo e na construção de pertencimentos alternativos – formas de ativismo que não dependem de cartazes ou passeatas, mas que se manifestam na partilha de saberes, no acolhimento de trajetórias, na afirmação da vida.

Esse ativismo cotidiano, muitas vezes silencioso e marginal, reconfigura as próprias ideias de masculinidade. Os interlocutores, ao narrarem suas histórias, deslocam a masculinidade da lógica da invulnerabilidade, da autonomia individual e do controle do corpo. Em seu lugar, afirmam uma masculinidade que reconhece a dor, a fragilidade, o cuidado e a interdependência. O interlocutor 10 (homem gay cisgênero, preto, 35 anos, nível superior, carioca), por exemplo, menciona que “o pior foi a forma como foi entregue o resultado. Isso me marcou bastante”, revelando como a negligência institucional opera também como dispositivo de gênero – reforçando a expectativa de que homens não deveriam sofrer, chorar, adoecer. Ao recusarem essa imposição, os interlocutores constroem outras formas de ser homem: homens que cuidam de si, que cuidam de outros, que criam vínculos e memórias coletivas.

Essa masculinidade insurgente é também pedagógica. Ao narrarem suas experiências, esses homens produzem um saber situado (Haraway, 1995), que desafia a lógica universalizante das políticas públicas e das práticas biomédicas. Como diz o interlocutor 2 (homem gay cisgênero, pardo, 35 anos, nível superior, nordestino): “Mal recordo de quanto tempo durou – pareceu uma eternidade [...] um eco refletido num vazio que se fez presente e constante em mim”. Tal frase não só expressa o trauma do diagnóstico, mas também denuncia a frieza de um sistema que se furta ao cuidado integral. Ainda assim, a narrativa converte o trauma em palavra, em linguagem, em partilha – e, portanto, em política.

Nesse sentido, o hiv, que por tanto tempo funcionou como marca da marginalização e da abjeção, pode também ser reapropriado como emblema de pertencimento. Como aponta o interlocutor 6 (homem gay cisgênero, branco, 61 anos, nível superior, carioca), “meu médico é quase um companheiro. Dá bronca, aceita, mas está comigo há 28 anos”. Essa relação afetiva, construída no longo prazo, revela que o cuidado – mesmo mediado por instituições – pode ser espaço de reinvenção ética, de subversão das fronteiras entre público e íntimo, entre técnico e emocional.

Por fim, é importante ressaltar que essas narrativas não devem ser romantizadas. Elas coexistem com desigualdades brutais, com experiências de racismo, capacitismo, gordofobia e exclusão social. Entretanto, são justamente essas interseccionalidades que tornam as experiências mais complexas e as resistências mais potentes. São essas “monstruosidades criadoras” que desafiam o fascismo cotidiano, operando uma pedagogia da existência que escapa à normatividade e reivindica o direito de viver e cuidar como forma de desobediência radical.

VOZES EM RUÍDO: NARRATIVAS DE HOMENS GAYS VIVENDO COM HIV

Se há um currículo da dor, como dissemos, ele também se escreve nos corpos que sobrevivem, apesar das políticas que lhes negam futuro. É nas dobras das narrativas de homens gays vivendo com hiv, atravessadas por memórias, silenciamentos e estratégias de reinvenção, que emergem rastros de uma pedagogia insurgente, forjada não nos manuais da saúde pública, mas nas brechas da precariedade.

As narrativas de homens gays cisgênero vivendo com hiv aqui analisadas irrompem como vozes em ruído – vozes que não se encaixam na harmonia normativa das políticas de saúde, tampouco nos discursos hegemônicos sobre cuidado, cidadania e currículo. Esses ruídos, longe de serem silenciados ou corrigidos, revelam modos insurgentes de existência que desafiam as formas tradicionais de escuta e atenção aos corpos marcados pelo hiv. Os relatos reunidos indicam que o diagnóstico, mais do que um evento clínico, é uma experiência atravessada por estigmas históricos, negligências institucionais e profundas reconfigurações subjetivas, revelando as fronteiras do que se entende por vida digna, por cuidado e por pertencimento social (Oliveira, Nascimento, Corrêa Junior, 2025).

O caso do Interlocutor 5 (homem gay cisgênero, pardo, gordo, nível superior, carioca) evidencia a violência simbólica e institucional presente no momento do diagnóstico, quando relata ter recebido a notícia de forma abrupta e sem acolhimento: “um psicólogo maluco... nem me chamou pra conversar... falou isso e isso, acabou”. A notícia foi dada no dia de seu aniversário, intensificando o impacto emocional e escancarando a forma como o sistema de saúde, ao invés de cuidar, pode produzir desamparo e morte subjetiva. Durante um ano, sentiu-se “completamente desbaratinado”, vivendo sob a iminência da morte. Aqui, o cuidado negado não é apenas ausência de escuta, mas expressão do que Achille Mbembe (2018) denomina como necropolítica: um poder que decide quem pode viver e quem deve morrer – ou, nesse caso, quem merece ser acolhido e quem será lançado ao silêncio e à exclusão.

A monstruosidade evocada no título deste artigo se manifesta nesse momento em que o corpo soropositivo é percebido como um corpo indesejável, um desvio da norma, algo que precisa ser controlado ou excluído. Contudo, como propõe Larissa Pelúcio (2009), o corpo com hiv é constantemente requisitado a performar uma cidadania normatizada, “limpa”, que se submeta aos dispositivos biomédicos e às narrativas de sucesso terapêutico. Os interlocutores aqui ouvidos, no entanto, tensionam essa exigência. O Interlocutor 9 (homem gay cisgênero, PCD, negro, 29 anos, Ensino Médio completo, carioca), por exemplo, descobre sua sorologia aos 16 anos, em meio ao carnaval, atento a pequenas alterações em seu corpo, como o ressecamento dos lábios. Vaidoso e cuidadoso consigo, ele suspeita de algo e pede um hemograma completo, antecipando o diagnóstico. Sua mãe, que buscou o resultado por ele, permanece em silêncio – gesto que revela não apenas proteção, mas também o peso do não dito em torno de ser uma pessoa vivendo com hiv. Esse silêncio é rompido quando o próprio jovem nomeia o que sabe que já carrega: “mãe, eu tenho hiv e a senhora não falou nada”. A tensão entre o saber e o silenciamento demonstra como as narrativas familiares também produzem currículos afetivos e morais sobre a experiência de ser pessoa vivendo com hiv.

A palavra “currículo” aqui é mobilizada em seu sentido ampliado, como território simbólico de disputa e produção de verdades (Silva, 2016). Nesse sentido, os interlocutores aprendem sobre o hiv não apenas nas instituições formais de saúde, mas também nas novelas, nas experiências com o corpo, nos gestos de cuidado estético e nos vínculos afetivos. O Interlocutor 9 menciona que o tema da soropositividade foi tratado em uma edição de “Malhação”, o que o fez pensar, ainda

jovem, que “se tivesse algum resultado positivo, não me afetaria tanto”. A mídia, nesse caso, atuou como currículo cultural, possibilitando outras formas de compreender o hiv e, talvez, suavizar o impacto da descoberta (Duque, 2021).

Já o Interlocutor 7 (homem gay cisgênero, pardo, 48 anos, nível superior, carioca) revela um processo de descoberta sorológica marcado por atenção sensível ao próprio corpo. A gengivite recorrente aciona nele um estado de alerta e o leva a fazer um teste rápido. O diagnóstico inclui, além do hiv, sífilis e hepatite B. Sua resposta à pergunta “como é que você reagiu?” é significativa: “normal”. Sua maior preocupação não foi com a saúde, mas com “a rejeição das pessoas e da sociedade, porque hoje tem um preconceito, tem uma coisa de como se o hiv fosse um vírus da ebola”. Essa metáfora potente evidencia o caráter monstruoso atribuído socialmente às pessoas que vivem com hiv, não pela dimensão biomédica do vírus, mas pelo imaginário moral que o cerca. O “normal” que o interlocutor reivindica é um gesto de resistência à patologização moral do hiv e à vitimização compulsória.

Nesses fragmentos de vida, encontramos corpos que desafiam a lógica da “cidadanização” (Pelúcio, 2009), recusando-se a habitar apenas os lugares da vergonha, do silêncio ou da cidadania condicional. Os ruídos dessas vozes – fragmentados, contraditórios, sensíveis – produzem saberes dissidentes e modos de vida que não cabem nos protocolos biomédicos nem nos discursos normativos da saúde pública. Trata-se, como propõe este artigo, de construir uma política monstruosa do cuidado: uma política que não tente “consertar” esses corpos, mas que acolha sua diferença, sua dor e sua potência criativa. Uma política que escute esses ruídos como linguagens plenas de sentido, e não como disfunções a serem silenciadas. Uma política que entenda que o cuidado também é gesto estético, insurgente e coletivo e que reconheça a importância de currículos educativos que incluam essas vozes para tensionar os regimes necropolíticos ainda vigentes.

As vozes que atravessam esta etnografia não são homogêneas. Elas carregam contradições, tensões, ressentimentos e esperanças. Algumas falam da solidão, da culpa, do estigma internalizado; outras, da potência do encontro, da reconstrução de laços, do desejo como força de vida. Todas, no entanto, denunciam a insuficiência das políticas que, sob a aparência da neutralidade técnica, seguem operando sobre uma lógica higienista, racializada e cis-heteronormativa.

Assim, essas falas – muitas vezes consideradas como “ruído” pelo discurso biomédico – são aqui tratadas como enunciações legítimas de um saber situado. Elas não apenas revelam os efeitos da necropolítica sobre os corpos dissidentes, como também indicam outras formas de habitar o mundo, de ensinar e de cuidar, mesmo (ou especialmente) no limite da dor.

O CURRÍCULO COMO TERRITÓRIO DE DISPUTA: ESCUTA, PRESENÇA E CIDADANIA DOS “MONSTROS”

Se o currículo é, como aponta Tomaz Tadeu da Silva (2016), um artefato cultural, então ele não é neutro nem inocente. Ele é um dispositivo de poder, de subjetivação e, sobretudo, de exclusão. O que se ensina, o que se silencia, o que se legitima como saber: tudo isso participa de uma engenharia da normalidade. E o que escapa dessa engenharia – o que resiste, o que desvia – vira monstro.

É nesse sentido que o currículo pode ser lido como campo de batalha. Território onde os corpos dissidentes – como os homens gays vivendo com hiv que entrevistei – disputam não apenas reconhecimento, mas também o direito de ensinar, de dizer, de existir com dignidade. Esses sujeitos não estão apenas “aprendendo” políticas de prevenção e cuidado: estão, o tempo todo, produzindo

saberes que colocam em xeque os modos hegemônicos de pensar a saúde, o corpo, a sexualidade, a prevenção e a própria vida.

O que significa, então, escutar esses monstros? Escutar aqui não é apenas ouvir. É um gesto político de acolhimento da diferença, uma recusa da patologização dos saberes desviantes. É considerar que há pedagogia no grito, no choro, no silêncio, na raiva e na reinvenção do cotidiano (Nascimento, 2020). Escutar é construir presença – presença que incomoda, que desloca certezas, que insurge contra os apagamentos.

A escola, o sistema de saúde, a universidade – instituições onde se constroem e se disputam currículos – são também arenas políticas nas quais se define quem tem legitimidade para falar, ensinar e existir plenamente. Nessas arenas, a presença de corpos dissidentes não apenas reivindica espaço, mas abala os limites do que se entende por humano. Quando os chamados “monstros” falam, não se trata apenas de uma demanda por reconhecimento, mas de uma insurgência que tensiona os próprios parâmetros da humanidade (Oliveira, Rossi, 2024).

E é por isso que a cidadania que emerge nesses territórios não é a do sujeito obediente, limpo, saudável, produtivo. É a cidadania do corpo marcado, ferido, mas ainda assim desejante. É a cidadania do cuidado entre iguais, da solidariedade contra o abandono, da pedagogia feita na beira do abismo.

As experiências em torno do hiv, ao ocuparem o currículo, expõem também os limites das noções higienistas e moralizantes de saúde e cidadania. Como nos alerta Larissa Pelúcio (2009), é preciso problematizar a cidadanização – esse modelo de cidadania condicional que se organiza a partir da figura do “sujeito responsável” que vive com hiv, desde que adira às políticas biomédicas, siga corretamente os protocolos de prevenção e se mantenha dentro do ideal de autocuidado neoliberal. Um modelo que tende a excluir e silenciar trajetórias que escapam à lógica da obediência, da disciplina e da respeitabilidade.

Nesse sentido, a monstruosidade que emerge dessas experiências não é deficitária – ela é potência crítica. Ela tensiona os limites do que se espera de uma “boa pessoa vivendo com hiv”. Ela revela que há vida nas brechas, nos desvios, nas falhas dos protocolos. Que há saberes insurgentes sendo forjados em meio ao estigma, à precariedade e à luta cotidiana por acesso, afeto e escuta. Uma política do cuidado que não cabe nos manuais de boas práticas, mas que pulsa em redes de solidariedade, em afetos compartilhados, em pedagogias subterrâneas.

Assumir o currículo como território de disputa implica tensionar as fronteiras entre o normal e o anormal, entre o autorizado e o excluído. Significa afirmar que há saber nos becos, nas ONGs periféricas, nos aplicativos de encontro, nos arquivos de militância, nas vivências com o hiv. E que esses saberes, mesmo quando rejeitados pelos discursos oficiais, constituem o que de mais potente temos para enfrentar o fascismo cotidiano.

Porque, no fim das contas, os monstros ensinam. Ensinaram (e ensinam) a cuidar com mais afeto, a escutar com mais paciência, a sobreviver com mais coragem. Eles nos convocam não a destruir o currículo, mas a refazê-lo pelas bordas, pelos restos, pelas fraturas de uma saúde que ainda insiste em excluir. Ensinam que a cidadania não se dá pela normalização dos corpos, mas pela possibilidade de viver, amar e resistir com dignidade – mesmo (ou justamente) quando tudo parece dizer o contrário.

CONSIDERAÇÕES FINAIS: POR UMA POLÍTICA MONSTRUOSA DO CUIDADO

Este artigo teve como objetivo refletir, a partir de uma pesquisa etnográfica com homens gays cisgêneros vivendo com hiv no Rio de Janeiro, sobre as formas como experiências

atravessadas por dor, estigma e exclusão podem tensionar as noções normativas de currículo, saúde e cidadania. Por meio das vozes dos interlocutores e de seus itinerários de cuidado, buscamos compreender de que modo esses corpos dissidentes – considerados “monstruosos” por não se adequarem às expectativas da ordem cis-heteronormativa e higienista – resistem aos processos de silenciamento e disciplinamento, produzindo outros modos de existir, narrar e cuidar.

Nesse sentido, ao apontarmos os limites das políticas públicas e dos currículos sociais, educacionais e sanitários, reconhecemos nesses corpos e narrativas não apenas a dor e a exclusão, mas também formas insurgentes de cuidado, presença e reinvenção da vida. Os monstros aqui não são figuras a serem eliminadas ou corrigidas (Preciado, 2020), mas potências que revelam as falhas de um projeto de nação fundado no higienismo, na moral sexual e na necropolítica.

A partir da ideia de uma “política monstruosa do cuidado”, defendemos a escuta radical de experiências que desestabilizam a normatividade da saúde pública e da cidadania. Isso implica recusar modelos únicos de prevenção, acolhimento e pertencimento, que frequentemente desconsideram as histórias de vida, os desejos e as redes de solidariedade já existentes nas comunidades dissidentes. Como demonstram os relatos dos interlocutores da pesquisa, o cuidado não se reduz à clínica, tampouco se limita aos protocolos; ele é feito de presenças, de afeto, de ativismos cotidianos e de práticas inventivas.

Inspirados por autoras como Larissa Pelúcio (2009), que propõe o questionamento das políticas de cidadanização – aquelas que incluem de maneira condicional e normalizadora –, reafirmamos a importância de se pensar políticas públicas de saúde e (contra)currículos a partir de uma ética do dissenso e do inacabamento. Cuidar, nesse contexto, é também desobedecer, desafiar os moldes cis-heteronormativos, higienistas e moralizantes que tentam domesticar os corpos das pessoas que vivem com hiv.

Entre os principais achados, destacamos como as vivências em torno do hiv expõem os limites de políticas públicas de saúde que operam sob lógicas normalizadoras e como essas experiências acionam saberes situados, práticas de cuidado compartilhado e formas de pertencimento que não cabem nas categorias hegemônicas de cidadania. Como propõe Pelúcio (2009), é necessário problematizar o processo de cidadanização, que tende a reconhecer apenas determinados sujeitos que vivem com hiv, desde que moldados pela racionalidade biomédica e por uma moralidade da prevenção. As experiências analisadas indicam que os currículos – escolares, de saúde e de vida – são territórios de disputa simbólica e material, onde se produzem e se contestam valores, verdades e modos de subjetivação.

Entre as limitações do estudo, reconhecemos a delimitação geográfica da pesquisa e o recorte geracional e de identidade de gênero entre os interlocutores, o que nos impediu de abordar de forma mais abrangente a diversidade de experiências dentro da população vivendo com hiv, especialmente entre pessoas trans, travestis, mulheres cis e pessoas não binárias. Futuras investigações podem ampliar essa escuta, explorando como diferentes marcadores sociais da diferença – como raça, classe, gênero e território – moldam as formas de vivenciar o hiv, o cuidado e a cidadania em distintos contextos.

Do ponto de vista teórico-prático, os achados desta pesquisa contribuem para o campo da educação em interface com o campo da saúde ao evidenciar a urgência de currículos mais sensíveis à diferença, que não se restrinjam a concepções normativas de saúde e sexualidade, mas que acolham narrativas plurais, dissidentes e não lineares. Uma política monstruosa do cuidado, como aqui propomos, convoca a escola e os espaços educativos e de cuidado a escutar os corpos que a normatividade tenta esconder; a repensar os processos formativos não como dispositivos de

correção, mas como campos abertos à invenção, à insurgência e à radicalidade do comum (Oliveira, Nascimento, Corrêa Junior, 2025).

Ao final, afirmamos que os “monstros” não devem ser silenciados nem normalizados, mas reconhecidos como mestres de um outro currículo – aquele tecido na dor, na luta e na solidariedade e que insiste em ensinar, ainda que fora da sala de aula, que o cuidado é sempre também uma forma de resistência (Nascimento, 2020). Que possamos, então, afirmar a presença desses monstros nas encruzilhadas do cotidiano como força criadora e crítica, como sinal de que outra política é possível - uma política que cuide sem silenciar, que escute sem corrigir, que acolha sem exigir conformidade. Uma política (de/em saúde) que, ao invés de esconder os monstros, aprenda com eles.

REFERÊNCIAS

- BIEHL, João. Antropologia do devir: psicofármacos – abandono social – desejo. *Revista de Antropologia*, v. 51, n. 2, p. 413-449, 2008. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0034-77012008000200002>
- BONET, Octavio. De restos e sofrimentos: Sobre fazer etnografias em serviços de saúde. In: NEVES, Ednalva Maciel; LONGHI, Marcia Reis; FRANCH, Mônica (Orgs.). *Antropologia da saúde: Ensaio em políticas da vida e cidadania*. Brasília: ABA Publicações; João Pessoa: Mídia Gráfica e Editora, 2018. p. 23-43.
- BUTLER, Judith. *Quem tem medo do gênero?* São Paulo: Boitempo, 2024.
- CORRÊA JUNIOR, Salvador Pereira Campos. *O trânsito entre armários: encontros entre ativismo, HIV e Arte no Brasil*. 201f. Tese (Doutorado em Saúde da Criança e da Mulher), Instituto Fernandes Figueira, Fundação Oswaldo Cruz, Rio de Janeiro, 2023.
- DANIEL, Herbert; PARKER, Richard. *Aids: a terceira epidemia – Ensaio e tentativas*. Rio de Janeiro: ABIA/UNAIDS, 2018.
- DUQUE, Tiago. “Um Bicho de Sete Cabeças”: HIV-Aids e Homens Jovens que Fazem Sexo com Homens em Campo Grande (MS). *Tomo*, n. 39, p. 85-124, 2021. DOI: <https://doi.org/10.21669/tomo.vi39.15207>
- HARAWAY, Donna. Saberes localizados: a questão da ciência para o feminismo e o privilégio da perspectiva parcial. *Cadernos Pagu*, n. 5, p. 7-41, 1995. Disponível em <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/cadpagu/article/view/1773>. Acesso em 11 fev. 2026.
- GRANGEIRO, Alexandre; FERRAZ, Dulce; MAGNO, Laio; ZUCCHI, Eliana Miura; COUTO, Márcia Thereza; DOURADO, Ines. Epidemia de HIV, tecnologias de prevenção e as novas gerações: tendências e oportunidades para a resposta à epidemia. *Cad. Saúde Pública*, v. 39, Sup 1, 2023. DOI: <https://doi.org/10.1590/0102-311XPT144223>
- MBEMBE, Achille. *Necropolítica*. São Paulo: n-1 edições, 2018.
- MBEMBE, Achille. *Políticas da inimizade*. São Paulo: n-1 edições, 2020.
- NASCIMENTO, Letícia Carolina Pereira do. EU NÃO VOU MORRER: solidão, autocuidado e resistência de uma travesti negra e gorda para além da pandemia. *Revista Inter-Legere*, Natal, v. 3, n. 28, pp. 1–22, 2020.
- NASCIMENTO, Letícia Carolina Pereira do. Mostra-florescer: feminilizando práticas educativas. In: ADAD, Shara Jane Holanda; LIMA, Joana D’Arc de Sousa; BRITO, Antônia Edna (Orgs).

Práticas educativas: múltiplas experiências em educação. Fortaleza: Editora da UECE, 2021. p. 286-306.

NOLASCO, Gabriel Luis Pereira; BERNARDES, Anita Guazzelli. Tensões entre corpos vetores e corpos políticos. *Revista Mosaico*, n. 16, p. 14-26, 2023. DOI: <https://doi.org/10.18224/mos.v16i3.12565>

OLIVEIRA, Esmael Alves de. (Org.). *Corpos Insubmissos: políticas, (est)ética e resistências*. 1ed., Itapiranga: Schreibein, 2025. p. 17-31.

OLIVEIRA, Esmael Alves de; NASCIMENTO, Letícia Carolina Pereira do. Por uma (Est)Ética da monstruosidade Queer: uma análise indisciplinada do filme Todos estão falando sobre o Jamie. *Revista do Programa de Pós-Graduação em Artes da Escola de Belas Artes da UFMG*, v. 3, p. 91-116, 2023. DOI: <https://doi.org/10.35699/2237-5864.2023.41679>

OLIVEIRA, Esmael Alves de; NASCIMENTO, Marcos Antonio Ferreira do; CORRÊA JUNIOR, Salvador Pereira Campos. O que pode um “corpo recusado”? In: SATHLER, Conrado Neves; OLIVEIRA, Esmael Alves de (Orgs.). *Corpos Insubmissos: políticas, (est)ética e resistências*. Itapiranga: Schreibein, 2025. p. 17-31.

OLIVEIRA, Esmael Alves de; NOLASCO, Gabriel Luis Pereira; NASCIMENTO, Marcos Antonio Ferreira do. “Sentença de vida”: Disputando (outros) sentidos sobre hiv/aids no contexto do ativismo. *Áskesis*, v. 13, p. 12-30, 2024. DOI: <https://doi.org/10.14244/2238-3069.2024/15>

OLIVEIRA, Esmael Alves de.; ROSSI, João Victor. Monstruosidades, abjeções e resistências na(s) Fronteira(s): um olhar antropoló(fá)gico. In: SATHLER, Conrado Neves. (Org.). *Ensino nas fronteiras: formação política e profissional*. Itapiranga: Schreibein. 2024. p. 91-105.

PARKER, Richard. Interseções entre Estigma, Preconceito e Discriminação na Saúde Pública Mundial. In: MONTEIRO, Simone; VILLELA, Wilza. (Orgs.). *Estigma e saúde*. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2013. p. 25-46.

PARKER, Richard; AGGLETON, Peter. *Estima, discriminação e Aids*. Rio de Janeiro: Abia, 2021.

PELÚCIO, Larissa; MISKOLCI, Richard. A prevenção do desvio: o dispositivo da aids e a repatologização das sexualidades dissidentes. *Sexualidad, Salud y Sociedad – Revista Latinoamericana*, n. 1, p. 125-157, 2009. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/SexualidadSaludySociedad/article/view/29/26> Acesso em: 11 fev. 2026.

PELÚCIO, Larissa. *Abjeção e desejo: uma etnografia travesti sobre o modelo preventivo de aids*. São Paulo: Annablume-Fapesp, 2009.

PRECIADO, Paul. Eu sou o monstro que vos fala. Tradução Sara York. *Revista Palavra Solta*, 2020.

ROLNIK, Suely. *Esferas da Insurreição: Notas para uma vida não cafetinada*. São Paulo: n-1 edições, 2019.

SEFFNER, Fernando; PARKER, Richard. Desperdício da experiência e precarização da vida: momento político contemporâneo da resposta brasileira à aids. *Interface*, v. 20, n. 57, p. 293-304, 2016. DOI: <https://doi.org/10.1590/1807-57622015.0459>

SILVA, Tomaz Tadeu da. *Documentos de identidade: uma introdução às teorias curriculares*. Belo Horizonte: Autêntica, 2016.

VITAL, Rodrigo; CAETANO, Marcio. Narrativas, currículos e afetos: reflexões sobre estudantes gays nas instituições de ensino. *Temas em Educação*, v. 33, p. 1-21, 2024. DOI: <https://doi.org/10.22478/ufpb.2359-7003.2024v33n1.68680>

Submetido em julho de 2025
Aprovado em novembro de 2025

Informações dos autores

Esmael Alves de Oliveira
Universidade Federal da Grande Dourados
E-mail: esmaeloliveira@ufgd.edu.br
ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-9235-5938>
Link Lattes: <http://lattes.cnpq.br/5410375038960540>

Marcos Antonio Ferreira do Nascimento
Fundação Oswaldo Cruz/Instituto Fernandes Figueira
E-mail: m2nascimento@gmail.com
ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-3363-4232>
Link Lattes: <http://lattes.cnpq.br/8515414965994459>